

RAQUEL TOLEDO MUNHOZ



1290000096



TCC/UNICAMP M925o

A ORALIDADE E A ESCRITA NO ESPAÇO ESCOLAR:
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A PROPOSTA CURRICULAR
PARA O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NO 1º GRAU

Campinas, SP

1997

M
M9250
477/FE

RAQUEL TOLEDO MUNHOZ

A ORALIDADE E A ESCRITA NO ESPAÇO ESCOLAR:
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A PROPOSTA CURRICULAR
PARA O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NO 1º GRAU

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como exigência para o curso de Pedagogia
da Faculdade de Educação, UNICAMP, sob
a orientação do Prof. Guilherme do Val
Toledo Prado.

Campinas, SP

1997

UNIDADE..F.F.....
Nº CHAMADA: YCC. UNICAMP M9250
V:.....EX:.....
TOMBO: 096
PROC.: 124103
C:.....D: X
PREÇO: R\$ 11,00
DATA: 31/10/2003
Nº CPD: 311104

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA
DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UNICAMP

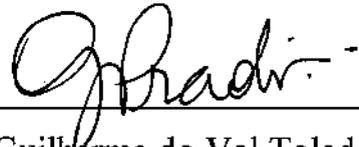
M9250

Munhoz, Raquel Toledo

A oralidade e a escrita no espaço escolar: algumas considerações sobre a proposta curricular para o ensino de língua portuguesa no 1º grau / Raquel Toledo Munhoz. Campinas, SP :[s.n.], 1997.

Orientador : Guilherme do Val Toledo Prado.
Trabalho de conclusão de curso - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Língua Portuguesa (Primeiro Grau) - Currículos. 2. Língua - Ensino de 1º Grau. 3. Escrita - Estudo e Ensino.
I. Prado, Guilherme do Val Toledo. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.



Orientador: Guilherme do Val Toledo Prado

Data:



2º leitor: Lilian Lopes Martin da Silva

Data:

Agradecimentos

Agradeço aos meus familiares e amigos que me apoiaram em todos os momentos da realização dos meus estudos. Ao Prof^o Guilherme que me orientou e contribuiu para o desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso.

“Quem ensina uma língua ou trabalha com a linguagem deve ter muito claro que falar uma língua (...) não é o mesmo que trabalhar com a língua, analisar e transformar as expressões em processo consciente e reflexivo”.

(Andrade,1987)

SUMÁRIO

I - Apresentação	1
II - Introdução do tema	5
III - Algumas Concepções Teóricas sobre a Temática Oralidade - Escrita	11
IV - A Proposta Curricular para o Ensino de Língua Portuguesa no 1º Grau	27
V - Análise da Proposta Curricular para o Ensino de Língua Portuguesa.....	35
VI - Conclusão	47
VII - Bibliografia	52

I- APRESENTAÇÃO

Neste trabalho pretendo abordar a temática referente à oralidade e à escrita no ensino da Língua Portuguesa no 1º grau. O interesse pelo assunto se originou da minha própria experiência com o ensino da Língua Inglesa. Nas aulas quase sempre observo que os alunos sentem mais dificuldades na escrita que na fala e o grande desafio é planejar um trabalho que possibilite o desenvolvimento das habilidades dos alunos em todas as modalidades da linguagem.

No caso da língua materna, a oralidade se torna mais espontânea e as dificuldades na maioria das vezes, são encontradas na aprendizagem da língua escrita. Devido à minha própria prática tentei buscar uma melhor compreensão dessas duas modalidades da linguagem que considero fundamentais no ensino de uma língua.

Com o aprofundamento da compreensão sobre o tema da oralidade e da escrita poderei ampliar meu conhecimento e dessa forma, também compreender melhor o funcionamento dessas duas modalidades, planejando de maneira mais contextualizada as atividades em sala de aula. Os próprios alunos sempre indagam como eles poderiam adquirir maior fluência no idioma e, para eles a forma escrita é mais facilmente aprendida. Entretanto, na correção dos exercícios vejo uma grande aproximação com a fala mas, com a prática eles vão percebendo naturalmente as diferenças e semelhanças. A

ansiedade atrapalha um pouco porque eles não costumam ver a aprendizagem como um processo, já querem o resultado rapidamente porque necessitam dessas habilidades em seu cotidiano. Com os adolescentes e as crianças a situação é um pouco diversa pois eles não estão muito preocupados em aprender rapidamente e o trabalho se desenvolve considerando todo o processo.

Em termos do ensino da língua materna procuro entender como é essa relação entre a oralidade e a escrita.

Quando a criança chega à escola, ela possui as habilidades orais básicas, mas ainda não tem um domínio efetivo do idioma em suas diferentes manifestações sociais. Assim, desde o início a escola deve proporcionar recursos para que o aluno amplie seu domínio da variedade culta e fornecer o instrumental necessário para que o estudante possa adequar seu ato verbal às necessidades de cada ação comunicativa (Milanez, 1993).

Os estudos referentes às modalidades oral e escrita da linguagem são abrangentes e algumas vezes, diferenciados. Alguns autores procuram enfatizar as diferenças e semelhanças entre elas, outros mostram a existência de um “continuum” entre as duas modalidades, ou seja, apesar de existirem particularidades em ambas, devido às diferentes formas de sua realização, podem apresentar de forma combinada, aspectos vinculados ou à forma oral ou à forma escrita da linguagem verbal.

Dessa forma, realizo uma análise enfocando os principais argumentos colocados pelos autores com referência à

oralidade e à escrita, e a existência desse “continuum” na prática dessas duas modalidades da linguagem. Esses argumentos também fornecerão o embasamento à análise da Proposta Curricular para o Ensino de Língua Portuguesa no 1º grau, de 1992. Através da Proposta Curricular procuro selecionar as definições dos tipos de atividades que podem ser realizadas na escola e as concepções de linguagem desenvolvidas nela.

O interesse em analisar a Proposta deveu-se à realização de uma disciplina de Didática para o ensino de História e Geografia que cursei aqui na Faculdade de Educação e que é obrigatória no curso de Pedagogia. Nesta disciplina foi desenvolvido um trabalho com a Proposta Curricular para o ensino de História onde a professora nos proporcionou um estudo sobre os principais teóricos que embasavam a Proposta. Assim, considerei relevante estar desenvolvendo uma pesquisa que analise a questão da oralidade e da escrita na Proposta Curricular para o Ensino de Língua Portuguesa.

Com os argumentos teóricos é possível evidenciar a concepção de linguagem que embasa a Proposta principalmente no que se refere à oralidade e à escrita que é o objeto de pesquisa desse trabalho.

A pesquisa busca desenvolver essa temática, através desse estudo teórico que também norteia a análise da Proposta Curricular no que se refere às principais linhas teórico-metodológicas nas quais ela está embasada.

Assim, nesse estudo minha opção é de trabalhar com a pesquisa bibliográfica, tentando evidenciar as concepções de

diferenciados autores para que seja possível compreender algumas dessas diretrizes teórico-metodológicas referentes à oralidade e à escrita.

Detenho-me a analisar alguns aspectos gerais do Guia Curricular sobre essas duas modalidades da linguagem e também, como é proposto o trabalho com elas. Faço ainda considerações sobre um ponto que é muito enfatizado no Guia em relação ao papel discriminativo que estas duas modalidades adquirem na nossa sociedade capitalista marcada pelas desigualdades sociais.

Para essa análise procuro perceber de forma ampla as principais concepções que orientam o trabalho com a oralidade e a escrita que está sendo proposto, a partir dos postulados dos teóricos que analisam a temática.

Trata-se portanto, de tentar buscar referências que estimulem a reflexão sobre essas modalidades para que se possa repensar uma prática da linguagem que seja mais coerente com as expectativas e necessidades individuais dos alunos que estão inseridos num contexto social em constante transformação.

II- INTRODUÇÃO DO TEMA

Para a abordagem referente à oralidade e à escrita no ensino de Língua Portuguesa no 1º grau tento realizar um estudo teórico, amplo e geral, buscando compreender como os autores concebem estas duas modalidades de linguagem. Com esse estudo procuro perceber as concepções de linguagem enfatizadas destacando, principalmente, a análise sobre o discurso oral e escrito.

Nessa breve introdução discutirei um pouco as noções a respeito da oralidade e da escrita na visão de alguns autores.

A temática oralidade-escrita é discutida há muito tempo. Mas é a partir de 1980 que diversos estudos passam a enfatizar a questão das variedades de língua, revelando também a dificuldade em se distinguir de maneira objetiva essas modalidades. Segundo Pontes (1988) dois autores destacam-se neste trabalho: Deborah Tannen (1982) e Wallace Chafe.

Para Deborah Tannen existe um continuum língua oral/língua escrita e ela mostra que a língua oral das narrativas espontâneas está mais próxima da linguagem do conto que de outras modalidades, considerando-se o gênero do texto. Isto porque, se a linguagem de uma tese for comparada à narrativa oral informal surgirão diferenças que podem ser não devido ao fato de se tratar de língua oral ou escrita, mas sim ao gênero do texto. Em um artigo publicado na *Language*, em 1982, Tannen analisa narrativas orais e escritas do mesmo acontecimento,

realizadas pelas mesmas pessoas e mostra que de um lado algumas características consideradas de língua oral, como o envolvimento, são encontradas na literatura e, de outro, características da escrita, como a compactação, podem estar mais presentes na narrativa oral que na própria escrita literária.

Se analisarmos alguns trabalhos mais antigos historicamente falando, como relata Rocco (1989), pode-se perceber como vários deles tentaram contrapor o oral e o escrito. Para exemplificar a autora destaca o filósofo Platão que se insurge contra a escrita. Seus ataques podem ser explicados pelos próprios fundamentos de sua filosofia e estão mais relacionados a ele próprio. Mais modernamente, ela aponta Rousseau e Bergson como contrários à escrita por que depositam nela, cada um a seu modo, os males humanos.

Atualmente, parece que a situação é inversa, percebe-se uma supervalorização da escrita em relação à oralidade. Segundo Rocco, mesmo quando se estuda o oral, parte-se da estruturação da escrita que é de mais fácil acesso para explicar a oralidade. A autora propõe uma reflexão equilibrada onde se conceba que ao mesmo tempo que a escrita é um instrumento de dominação, ela é também de liberação e garantia de acesso aos direitos estabelecidos por uma sociedade letrada.

A escrita está em constante processo de interação com a oralidade de onde se originou. Há muitos equívocos em relação às duas modalidades e isso talvez aconteça pelo fato de não se considerar as condições de produção, a natureza do processo de interlocução, o contexto e a essência dialógica da comunicação verbal. Na visão da mesma autora, os estudos

sobre o ensino da língua materna devem ser reorientados no sentido de uma pedagogia do oral e do escrito.

Destaca-se novamente os estudos de Deborah Tannen (1982,1986) que considera ser importante a obtenção de textos orais e escritos de um mesmo tipo para as pesquisas, como por exemplo: cartas informais e conversas; diários e conversas; provas acadêmicas e depoimentos pois segundo ela, são registros compatíveis entre si.

Para esta autora não é fundamental o levantamento de diferenças e semelhanças entre o oral e o escrito mas sim, valorizar o processo de envolvimento dos interlocutores, medir o nível de envolvimento dessa interlocução com o foco de conteúdo e as informações veiculadas. A importância em se observar esse processo de envolvimento, bem como a natureza da mensagem, deve-se ao fato de que as relações interpessoais variam conforme variam as próprias condições de produção, a natureza da produção, o conteúdo do produto, os contextos de situação, a hierarquia entre os locutores.

O envolvimento e as interações que ocorrem no oral talvez sejam mais importantes que as próprias informações veiculadas. Na escrita isso não ocorre pois as informações devem ser mais contextualizadas já que os interlocutores não estão presentes.

Além dessas características e considerações que mencionei, há outra relacionada ao processo de apropriação e uso social da linguagem que refere-se a sua manipulação pelas camadas sociais que detém privilégios. E, essa apropriação da escrita por esses segmentos sociais instituiu o próprio sistema

de referência para sua aprendizagem. Acho importante falar sobre essa característica porque pertencemos a uma sociedade marcada por desigualdades e devemos refletir sobre nosso próprio desempenho na luta por mudanças, e a questão da linguagem é fundamental já que ela pode desempenhar um papel discriminativo neste processo.

Se considerarmos algumas sociedades antigas, veremos que a escrita era privilégio de camadas que a utilizavam de acordo com seus interesses e por esta razão ela demonstra também essa discriminação. Os próprios programas de alfabetização refletem essa realidade já que se alfabetiza o indivíduo para que ele seja mais produtivo ao sistema (Osakabe, 1982). Muitas atividades realizadas na escola não promovem um trabalho ativo com a escrita e com a leitura, onde o sujeito possa compreender melhor a própria realidade em que vive e seja capaz de refletir acerca da escrita.

Assim, o acesso à escrita implica num movimento de compromisso que considere o sujeito dentro de um determinado universo (Osakabe, 1982). Esse universo pelo que observo na prática de sala de aula, significa cultura, individualidade de cada aluno, maneiras diferentes de pensar. Uma série de elementos que devem estar presentes no desenvolvimento do trabalho pedagógico. No caso do ensino de língua é necessário perceber a própria experiência do indivíduo no uso da linguagem e tentar trabalhar com a diversidade, sem preconceitos e idéias pré-concebidas, pois se o indivíduo não aprendeu a norma culta da linguagem muitas vezes ele vai ser

tido como incapaz e na realidade, o que lhe falta é uma dinâmica mais ativa de sua própria língua.

Essas considerações evidenciam a necessidade de um estudo que focalize alguns aspectos específicos das modalidades oral e escrita como diversos autores exemplificam e também a demonstração da existência de um processo de interação entre elas. Isto porque, na minha visão, o professor de língua materna deve conhecer melhor os fundamentos da linguagem oral e da linguagem escrita para que seu trabalho seja mais consciente e possibilite o desenvolvimento dessas habilidades lingüísticas que são capazes de expressar e transformar a realidade pelo aluno.

Somente com um conhecimento teórico mais aprofundado dessas modalidades de língua é possível traçar um trabalho pedagógico satisfatório que atinja os objetivos de ensino da linguagem em suas diferentes manifestações.

Para elucidar algumas das diferenciações que também considero relevante no trabalho com a linguagem é fundamental citar o autor Wallace Chafe (1982) que salienta duas diferenças nesse processo de fala e escrita. A primeira está relacionada à questão da fala ser mais rápida que a escrita e a segunda diz respeito a uma maior integração entre falantes e audiência. Refere-se também à característica de fragmentação da fala e integração da escrita, envolvimento entre os interlocutores na fala e distanciamento na escrita. Rocco (1986) mostra o estudo realizado por Chafe (1986) onde ele vai relatando essas diferenciações e menciona a relação entre “unidades de idéias”. Esse processo na escrita é mais longo e mais encadeado,

enquanto que na oralidade as idéias, por serem mais condensadas, surgem como independentes entre si, ficando as relações entre elas pertinentes ao contexto situacional.

Uma outra observação de Chafe (1986) refere-se à natureza dos processos de produção de textos orais e escritos. O oral mostra-se muito mais que a escrita já que ele reflete os próprios caminhos de sua produção enquanto na escrita temos acesso somente ao seu produto final, não sendo possível reconstruir o caminho de sua estruturação.

A autora Deborah Tannen (1985) mesmo mostrando-se muito ligada às proposições desse autor, considera um exagero dizer que a linguagem escrita é descontextualizada pois, a compreensão do discurso escrito não seria possível sem que a audiência não tivesse um conhecimento prévio do contexto. Ela observa também que o instrumento utilizado por Chafe (prosa escrita acadêmica) se distancia das conversas informais orais com as quais ele também trabalhou, e acrescenta que algumas caracterizações obtidas em seus estudos podem ser atribuídas tanto ao oral quanto ao escrito. Por isso, a autora refere-se ao “continuum” oralidade/escrita que procuro abordar no decorrer da pesquisa.

Dessa forma, a análise realizada vai considerar as indagações colocadas pela Proposta Curricular com base no estudo teórico, buscando relacionar os argumentos explicitados pelos autores e a linha teórico-metodológica destacada no Guia Curricular.

III - ALGUMAS CONCEPÇÕES TEÓRICAS SOBRE A TEMÁTICA ORALIDADE-ESCRITA

Neste capítulo procuro mostrar os argumentos teóricos apresentados por alguns autores referentes à linguagem oral e escrita. Tento destacar algumas variantes e coincidências entre essas duas modalidades e também o “continuum” existente entre elas. Nessa concepção se considera que apesar de existirem particularidades em ambas devido às diferentes formas de sua realização, elas podem apresentar de forma combinada aspectos vinculados à fala ou à escrita.

Através de um estudo teórico é possível desenvolver uma prática com a língua que considere o processo histórico, as diferentes concepções de linguagem e o contexto onde será realizado o ensino da língua materna. É uma análise do próprio conceito de linguagem e dos objetivos a serem atingidos com seu ensino.

Numa sociedade heterogênea e desigual como a nossa, deve-se considerar as variedades de língua existentes no país. Cada grupo partilha de situações e realidades distintas, mas que promovem uma interação cultural no que se refere à própria comunicação. Dessa forma, o estabelecimento de padrões, valores e medidas de avaliação rígidos no tocante à língua pode ser um instrumento de discriminação e não uma forma de socialização do saber.

Para a compreensão desses processos de desenvolvimento e ensino da língua materna é necessária a existência de uma gramática da fala a partir da produção oral pois, a escrita deriva da fala (Rocco, 1989). Esta autora mostra que historicamente vários trabalhos tentaram contrapor o oral e o escrito o que tem dificultado a determinação destas modalidades e criado uma tipologia rígida.

Atualmente, percebe-se uma supervalorização da escrita e quando se quer estudar o oral dificilmente se consegue tomar como referência o próprio oral. Como a escrita é de mais fácil acesso, parte-se dela para explicar a oralidade.

Rocco (1989) mostra que uma reflexão equilibrada deve considerar que ao mesmo tempo que a escrita é um instrumento de dominação, ela também é de liberação e garantia de acesso aos direitos estabelecidos por uma sociedade letrada. Neste contexto social é interessante perceber, como fala Osakabe (1982), o processo de apropriação e uso social da escrita e sua manipulação pelas camadas sociais que detém privilégios. Essa apropriação da escrita por esses segmentos sociais instituiu o próprio sistema de referência para sua aprendizagem.

Se considerarmos algumas sociedades antigas, observa-se que a escrita era privilégio de algumas camadas que a utilizavam de acordo com seus interesses e por isso, ela demonstra um papel discriminativo (Osakabe, 1982). A importância da língua como também mostra Gnerre (1991)¹ está relacionada ao seu valor político e econômico. Se uma

¹ Tanto Gnerre (1991) quanto Osakabe (1982) vão mostrar a relação existente entre a escrita e os valores econômicos.

determinada língua é significativa no mercado econômico, ela vai se tornar a língua padrão. Segundo o autor a língua padrão está relacionada ao próprio patrimônio cultural que envolve os valores fixados na tradição escrita.

O valor de uma determinada variedade lingüística também está relacionado ao valor econômico e social que detém seus falantes. Assim, percebe-se que a significação de determinada linguagem está vinculada ao contexto social e econômico e que a determinação de uma variedade lingüística é resultado das oposições existentes entre grupos sociais que são usuários , mas não necessariamente falantes nativos, das diferentes variedades (Gnerre, 1991).

Na prática com a linguagem essas concepções devem ser bem definidas para que a língua não desempenhe um papel discriminativo, mas seja uma forma de aquisição do saber historicamente acumulado e tenha uma função social onde o indivíduo seja capaz de manifestar seus pensamentos de maneira criativa, espontânea e individual. Assim, tanto o próprio papel da escola no ensino da língua materna quanto os valores e padrões estabelecidos devem ser repensados dentro do contexto social onde ela está inserida.

As atividades realizadas na escola, como demonstra Osakabe (1982), evidenciam um universo fechado, orgânico e coeso que se impõe como sendo real. O que acaba ocorrendo é uma reprodução das atividades como se elas fossem a única forma de “ação”. Com a escrita acontece o mesmo, o aluno geralmente reproduz o que lê. Esse contexto não promove uma manipulação ativa da escrita e nem uma leitura, se esta for

concebida como acesso a um conhecimento diferenciado que permite ao leitor reconhecer sua identidade, seu lugar social e as tensões que permeiam seu contexto e principalmente, que haja uma reflexão e questionamento acerca da própria escrita (Osakabe, 1982).

Assim, podemos ver que o ensino da língua objetiva proporcionar ao aluno o domínio de três atividades: a oralidade, a leitura e a escrita. No que se refere à oralidade a escola sempre teve dificuldades para trabalhar com a diversidade lingüística que esta permite, impondo aos falantes oriundos de lugares e culturas diferentes a norma culta (Lenzi, 1994).

“Não podemos negar que um dos objetivos da língua é levar o aluno a se apropriar da norma culta, fazendo uso dela em situações de maior formalidade. Porém, mais importante que desenvolver o domínio das estruturas da língua padrão, é criar condições para que o aluno construa um discurso próprio, particularize seu estilo e expresse com objetividade e fluência suas idéias”.²

O professor como parte de todo esse processo de comunicação deve ir mostrando ao aluno as diferenças entre a linguagem oral e escrita e a existência de diversas formas de expressão e compreensão da realidade. A realização de um trabalho que focalize as diferentes formas de manifestação da língua pode auxiliar no desenvolvimento dessa fluência e objetividade mencionadas na passagem acima.

Dessa forma, para que se possa almejar essa prática que demonstre as diferenças entre a oralidade/escrita é fundamental

² Este trecho foi extraído da Proposta Curricular para o Ensino de Língua Portuguesa de Santa Catarina (p.18) (in Lenzi, 1994).

que o professor conheça essas duas modalidades de linguagem. Por isso, estou tentando mostrar como os autores as concebem buscando clarificar essas formas de comunicação e relacionamento social.

Segundo Rocco (1989) se há equívocos tanto de natureza epistemológica quanto de caráter pedagógico com relação a essas modalidades é porque não há indagações sobre as funções primárias e secundárias do oral e do escrito. Não se considera as condições de produção, o contexto e a essência dialógica da comunicação verbal. Para que se pudesse analisar melhor tanto o oral quanto a escrita seria interessante que os estudos sobre o ensino da língua materna fossem reorientados no sentido de uma pedagogia do oral e do escrito.

Com referência à escrita, geralmente se ignora a finalidade do escrever. Na fala a função é imediata porque está relacionada à comunicação e representação. É necessário que se evidencie o aspecto funcional primário na escrita para posteriormente se atingir suas outras funções. A sua aprendizagem deve estar baseada também no nível de conhecimento da escrita trazido pela criança (Rocco, 1989). Trata-se de partir daquilo que a criança já conhece para desenvolver outras atividades que possibilitem a aquisição de outros saberes e habilidades.

Entretanto, para que todas essas questões e problemáticas sejam refletidas e possam desencadear outras práticas pedagógicas faz-se necessário um estudo teórico que oriente o conhecimento dessas modalidades de linguagem. O

autor Wallace Chafe (1986)³ destaca algumas diferenças e semelhanças entre oralidade e escrita. Para ele, o oral é menos planejado que a escrita e portanto, menos compacto. A escrita tem esse caráter mais compacto, mas existe em função do próprio oral. O oral realiza-se em menos tempo, quase não sofre correções, apresenta-se mais fragmentado que a escrita e por não ter um caráter tão “permanente” quanto a escrita, faz com que o ouvinte não retenha a mesma quantidade de informação. Na escrita existe uma maior subordinação formal, já na oralidade esta relação é mais baixa porque há o predomínio de justaposições e seqüências sintáticas independentes.

Com referência a essas diferenciações Francischini (1994) fala sobre os resultados de uma pesquisa realizada por Beaman onde se mostra que as construções subordinadas são pouco utilizadas nas duas modalidades de linguagem. A autora diz que se o emprego de construções subordinadas implica maior grau de complexidade sintática, ao contrário da superioridade sintática na linguagem escrita, a linguagem oral é tão complexa quanto a escrita.

Na minha opinião à medida que o sujeito vai utilizando a língua em situações reais e com determinados objetivos, ocorre um processo de construção e reconstrução das idéias e com isso ele pode perceber as várias formas do oral e do escrito e como eles podem estar interrelacionados.

Para Deborah Tannen (1986) in Rocco (1989) a enumeração dessas diferenças não é fundamental, o que se deve

³ Wallace Chafe in Rocco (1989).

priorizar, como já citei, é o processo de envolvimento dos interlocutores, tentar medir o nível de envolvimento dessa interlocução com o foco de conteúdo e com as informações veiculadas. É importante observar este envolvimento porque as relações interpessoais variam de acordo com as condições de produção, com o contexto e com os sujeitos que estão envolvidos nessa interlocução.

Como relatei anteriormente, para Tannen (1986) o envolvimento e as interações que ocorrem no oral podem ser mais relevantes que as informações veiculadas. Essas características não estão presentes na escrita porque as informações devem estar adequadas à situação comunicativa pelo fato dos interlocutores não estarem presentes.

A linguagem verbal também tem uma característica argumentativa-persuasiva e está relacionada à questão do ritmo. Assim, o oral se baseia nas repetições e acelerações dos encadeamentos para argumentar e persuadir. A escrita mesmo podendo usar esses argumentos possui índices argumentativos de outra natureza.

Enfocando outra característica da linguagem oral, percebe-se que ela é tipicamente associada à conversação que é produzida, processada e então avaliada no contexto de face a face e nas relações interpessoais que são claramente estabelecidas. Ela é adaptada à própria realidade sócio-cultural onde está inserida. Considera-se que a fala é natural e a escrita artificial, e que a linguagem oral envolve o uso de registros informais - um estilo de linguagem adaptado a um contexto social (Horowitz, 1987). A oralidade então, pode ser utilizada

para propósitos específicos, diferentes daqueles da escrita e para uma comunicação interpessoal e que demanda uma troca face a face (Horowitz, 1987).

Essas diferenciações destacadas devem ser sempre pensadas e analisadas em determinadas situações, pois podemos levantar vários questionamentos como por exemplo, a caracterização de que a fala é natural e a escrita artificial - até que ponto isso ocorre? É a necessidade de se observar o envolvimento e as interações e o próprio continuum de que fala Tannen. No trabalho com a linguagem é importante conhecermos algumas dessas diferenças e semelhanças entre a oralidade e a escrita, mas não focalizarmos somente esse aspecto.

Para Horowitz (1987) essa dicotomia entre oral e escrita deve ser melhor pesquisada. A linguagem oral não se constitui por uma construção unitária. Até certo ponto há muitas variações e também coincidências. As formas orais e escritas dependem dos propósitos a que elas servem e do ouvinte e leitor as quais são destinadas. Portanto, essas duas modalidades poderão modificar em forma e complexidade de acordo com o contexto e com o grupo ao qual se está comunicando. Por exemplo, a linguagem oral pode ser espontaneamente produzida num diálogo informal e numa conversação ou pode ser sistematicamente preparada numa situação formal, num diálogo que é organizado através da escrita para o oral numa apresentação.

Igualmente, a linguagem escrita é produzida com um mínimo planejamento para a leitura ou pode ser preparada

formalmente para um público desconhecido e ainda produzida para uma leitura oralmente. Dessa forma, para se compreender o discurso é necessário considerar o falante ou escritor, o objeto de interação (diálogo ou texto), os processos de fala e escrita (ações), o contexto e os próprios interlocutores (Horowitz, 1987).

Em uma comunicação oral, o vocabulário pode ser familiar ou informal já que a data, local e os interlocutores são conhecidos e trocam informações a respeito de um determinado assunto. A comunicação escrita exige que o emissor realize referências mais precisas sobre a situação (Vanoye, 1985).

Vanoye (1985) destaca que a língua falada possui recursos expressivos como acentuação, entonação, pausas, fluência, etc e tanto a acentuação quanto a pausa contribuem para dar relevo expressivo a certos aspectos da mensagem (uma palavra, sílaba), de modo a traduzir uma emoção ou o desejo de salientar um ponto importante. Na mensagem falada, pelo fato dos interlocutores estarem presentes, atuam também significações não-verbais suplementares: mímica, gestos e outros comportamentos. São formas de comunicação que buscam transmitir a mensagem.

Relatando essas diferenciações entre o oral e o escrito é importante evidenciar novamente o autor Wallace Chafe (1985). O autor focaliza duas diferenças nesse processo oral e escrito: a fala é mais rápida que a escrita (e mais lenta que a leitura); os falantes interagem com seus interlocutores diretamente, enquanto que com os escritores isso não ocorre. O autor mostra que a linguagem escrita tende a ter uma qualidade

“integradora” que contrasta com a qualidade “fragmentária” da fala.

A característica de fragmentação é porque na fala se utiliza conectivos para relacionar o que se está falando e às vezes uma sentença não está em concordância com a outra. A integração se refere a uma quantidade maior de informações numa mesma idéia, o que geralmente não acontece na fala. Uma linguagem integrada também utiliza uma variedade de dispositivos como substantivos, adjetivos, pronomes, para incorporar elementos adicionais em uma idéia.

Uma segunda diferença apontada por Chafe é a existência de um envolvimento presente na linguagem oral e um distanciamento na linguagem escrita. Na linguagem oral seriam utilizadas conjunções coordenadas para que se estabeleça a coesão e na escrita, se utiliza com maior frequência as conjunções subordinativas. Mas, como analisa Francischini (1994), determinadas construções subordinadas predominam nas narrativas escritas e outras nas narrativas orais. Essas diferenças, segundo esta autora, decorrem da confusão entre a distinção linguagem oral/linguagem escrita e dos diferentes graus de formalidade e propósito do discurso.

Mesmo considerando as especificidades existentes nas duas modalidades, é importante evitar uma visão dicotômica entre essas variantes da linguagem e como diz Deborah Tannen (1986), considerar a situação comunicativa, os objetivos da atividade, os gêneros do discurso, etc. A referida autora propõe que as diferenças entre as modalidades oral e escrita sejam discutidas em termos de tradição oral X tradição escrita. Essas

expressões foram substituídas pela autora por traços que refletem focalização relativa sobre envolvimento interpessoal e focalização sobre a informação ou mensagem.

Tannen ainda fala de um traço comum que unifica esses estudos: a constatação de que em ambos os discursos, oral e escrito, o usuário da língua emprega, de forma combinada, traços que têm sido identificados ou com a linguagem oral ou com a linguagem escrita. Duas hipóteses têm sido sugeridas para explicar as diferenças entre as modalidades oral e escrita : a hipótese da contextualização e a hipótese da coesão. De acordo com os parâmetros definidos pela primeira hipótese, a linguagem oral é considerada contextualizada, onde falante e audiência compartilham de uma mesma condição espaço-temporal. Ao contrário, a linguagem escrita é considerada descontextualizada. Entretanto, para a autora dizer que a linguagem escrita é descontextualizada seria um exagero. A compreensão do discurso escrito não seria possível sem que a audiência tivesse um conhecimento prévio do contexto.

Com relação à hipótese da coesão na atividade oral, a prosódia é um dos mais importantes planos que realizam essa função. O falante conta com recursos como entonação, velocidade e ritmo da fala o que é fundamental para a interpretação do conteúdo de uma mensagem. Na linguagem escrita, as relações coesivas e a transmissão de informações são efetuadas através do léxico, da sintaxe e dos sinais de pontuação. Dessa maneira, é preciso considerar que as modalidades oral e escrita não são modos de comunicação mutuamente excludentes.

Assim, percebe-se que as formas de comunicação podem variar de acordo com uma série de elementos como já mencionei, referentes à contextualização, informações veiculadas pelos interlocutores e os próprios processos de fala e escrita. Mesmo concordando com a existência de diferenciações entre as duas modalidades, não se deve considerá-las estanques ou dicotômicas, mas estar sempre se questionando sobre os próprios fundamentos e relações de linguagem.

Na minha experiência em sala de aula considero importante desenvolver essa visão teórica sobre a oralidade e a escrita pois, dessa forma, o professor tem mais subsídios para repensar sua própria prática pedagógica e entender o processo histórico e social da linguagem. Se analisarmos a história da escrita, pode-se perceber que ela foi responsável por novas formas de discurso, que reflete algo mais subjetivo e reflexivo do pensamento. O letramento foi responsável em parte, por novas formas de organização social e passou a ser concebido como uma rota para a “modernidade” (Olson, 1991).

Entretanto, esse grande significado do letramento acabou marcando o iletramento e a oralidade como inferiores, como algo que deveria ser erradicado. Seria importante pensar o letramento dentro de um contexto funcional. As funções que serviriam em vários contextos sociais podem fazer com que muitas diferenças entre o oral e o escrito diminuam. Em segundo lugar, deve-se pensar também nas formas de letramento relevantes aos sujeitos, grupos sociais e culturas diferentes, fatores que limitam a generalização (Olson, 1991).

Além de considerar as finalidades da linguagem oral e escrita é importante perceber que muitas diferenças destacadas por alguns autores como Chafe, são decorrentes de uma confusão na análise da distinção entre a fala e a escrita e das próprias funções que elas podem desempenhar (Francischini, 1994).

A hipótese elaborada por Tannen (1985) segundo Francischini (1994) é mais abrangente e procura evitar uma visão dicotômica entre essas variantes da linguagem, buscando ressaltar a situação comunicativa, os objetivos da atividade, os gêneros do discurso, etc.

Segundo Francischini (1994) as crianças que em casa têm uma cultura caracterizada pela transmissão de conhecimento de forma oral provavelmente, encontrarão maiores dificuldades com a escrita. Ela diz que na aprendizagem da escrita há outros recursos como os semânticos, lexicais e sintáticos que podem preencher a ausência dos dados prosódicos e paralingüísticos que fazem parte da produção do discurso oral. Na atividade oral, a prosódia é um dos mais importantes planos que realizam a coesão. O falante conta com recursos como entonação, velocidade e ritmo da fala, o que é fundamental para a interpretação do conteúdo de uma mensagem.

Na escrita as relações coesivas e a transmissão de informações são efetuadas através do léxico, da sintaxe e dos sinais de pontuação. É fundamental perceber a existência de uma diversidade de manifestações possíveis quando se trata de

atividades lingüísticas, pois elas podem desempenhar diferentes funções.

Assim como Olson (1991), Whiteman (1981) também propõe que se fale de uma questão básica referente ao significado social da alfabetização: as funções que essas habilidades têm socialmente, as variedades de leitura e escrita disponíveis para escolha, os contextos de sua performance, a maneira pela qual elas são interpretadas e testadas, não por experts, mas por pessoas comuns.

Estudos recentes sobre linguagem reconhecem que não é suficiente saber descrever e medir a linguagem, deve-se também saber o que ela significa na sua própria utilização e para aqueles que a utilizam.

De acordo com Whiteman (1981) as capacidades de ler e escrever têm sido vistas como algo facilmente determinado: ou alguém é capaz de ler ou não é. Entretanto, nenhuma sociedade atingiu esse conhecimento e desempenho dessas habilidades plenamente. Nas complexas sociedades contemporâneas todos têm consciência das correlações negativas dessas habilidades com a camada social e economicamente desprivilegiada. Mas, mesmo com os privilegiados economicamente, não se pode dizer que há uma igualdade no desempenho dessa capacidade.

A referida autora propõe uma pluralidade de alfabetizações onde se considere os seus cinco elementos: texto, contexto, função, participantes e motivação.

Quando a criança chega à escola, ela possui as habilidades orais básicas, mas ainda não tem um domínio

efetivo do idioma em suas diferentes manifestações sociais. Cabe à escola proporcionar recursos para que o aluno amplie seu domínio da variedade culta e forneça o instrumental necessário para que o estudante possa adequar seu ato verbal às necessidades de cada situação comunicativa (Milanez, 1993).

O ensino deve desenvolver no aluno a capacidade de reconhecer as diversas variedades da língua e utilizá-las de acordo principalmente, com os estilos formal e informal. Deve-se perceber a diversidade das produções orais especialmente em função da situação em que o discurso se realiza. E, essa diferenciação de situações geram as distinções entre os estilos formal e informal.

Como mostra Milanez (1993, p.26) *“esse tipo de atividade em sala de aula, que tem sido denominada epilingüística , trabalha com a observação dos fatos lingüísticos sem desvinculação do próprio processo interacional. Tal observação aliás, tende a ser bem mais motivadora e produtiva no ensino de língua materna do que a atividade metalingüística (descrição, classificação e sistematização de fatos lingüísticos), usada quase com exclusividade no ensino tradicional com critérios confusos e discutíveis desde os primeiros anos escolares”*.

Os problemas referentes à aprendizagem da linguagem escrita não estão relacionados somente ao conhecimento da gramática e do léxico. Há ajustamentos cognitivos, lingüísticos e sociais que fazem parte desse processo. Primeiramente, o indivíduo deve ter controle das convenções do discurso oral: aparelho lingüístico usado para expressar a estrutura formal da

oração, sentença e as convenções usadas para transmitir as relações entre partes do discurso.

Trata-se de considerar como a análise do discurso sociolinguístico pode contribuir para o desenvolvimento da compreensão do discurso oral e escrito, já que as pesquisas até agora não evidenciam uma teoria adequada de como as convenções do discurso oral são transferidas para as estratégias de comunicação do discurso escrito (Gumperz in Tannen, 1986).

Essas questões devem ser analisadas portanto, sob diversos enfoques e áreas de estudo para que se possa compreender os diversos aspectos que envolvem o processo de aprendizagem da escrita.

O letramento também pode ser abordado como uma habilidade para que se possa participar na tradição literária. Ele é um significante social e um fator psicológico, mas como contribui a esses processos sociais e psicológicos ainda é algo obscuro (Olson, 1991).

Assim, as formas orais e escritas de linguagem podem ser discutidas de formas diversas, mas como tentei focalizar, todos os autores apontam para a necessidade de se considerar o processo onde acontecem essas atividades e principalmente o continuum língua oral/língua escrita. É fundamental que a língua oral seja tratada sem preconceitos para que se possa perceber as semelhanças entre ela e a língua literária escrita.

IV - A PROPOSTA CURRICULAR PARA O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NO 1º GRAU

Nesta parte tentarei mostrar de forma sucinta o contexto geral e alguns pontos que envolveram as discussões sobre a reorganização curricular das Propostas de Ensino, especialmente da Proposta de Língua Portuguesa.

O projeto dos Guias Curriculares inicialmente previa três etapas: elaboração, difusão, acompanhamento e controle. Mas, apenas as duas primeiras se concretizaram. O autor João Cardoso Palma Filho (1989)⁴ mostra as quatro etapas dessa construção dos Guias:

1- Elaboração de diretrizes para o desenvolvimento do currículo do ensino de 1º grau;

2- Montagem dos Guias Curriculares de cada conteúdo curricular;

3- Análise crítica das proposições apresentadas por grupos de professores, obedecendo a critérios previamente estabelecidos;

4- Reformulação dos Guias Curriculares propostos como sugestão.

Para garantir a organização do currículo montou-se um esquema que atendeu a alguns itens: objetivo da matéria do curso; objetivos específicos da matéria por nível ou por série;

⁴ As referências principais e a descrição do processo de desenvolvimento e implantação da Proposta Curricular relatadas aqui se basearam fundamentalmente na Tese de João C. Palma Filho.

objetivos específicos por unidade; conteúdo programático, indicado por unidade e sub-unidade; notas essenciais sobre as estratégias pertinentes à matéria; notas essenciais sobre o sistema de avaliação pertinente à matéria.

Diversos problemas como falta de recursos, pessoal disponível e as mudanças administrativas ocorridas na Secretaria da Educação e na direção do órgão dificultaram a difusão dos Guias e a terceira etapa que seria acompanhamento e controle também não ocorreu. Os documentos oficiais atentaram para o fato de não existir na prática uma adequação do currículo às necessidades do meio e da clientela e do trabalho do professor ser muitas vezes realizado de forma isolada na sala de aula.

Essa proposta dos Guias acabou não oferecendo os instrumentos necessários para que os professores pudessem aplicá-los. Diante disso, desencadeou-se o projeto “Subsídios para a Implantação dos Guias Curriculares”. Buscou-se fornecer orientações mais específicas aos professores de como proceder para desenvolver seu trabalho de acordo com o sugerido nos Guias Curriculares. Mas, esses subsídios acabaram direcionando a ação do professor, empobrecendo a prática pedagógica na sala de aula.

Na tentativa de melhorar o ensino várias questões foram repensadas: o que se deseja formar no aluno; quais as teorias de educação mais adequadas; qual o paradigma de currículo; quais os recursos financeiros disponíveis, entre outras (Filho, 1989).

Muitos autores como Regina Leite Garcia e José Carlos Libâneo destacam o fato da escola desconsiderar o meio

cultural da maioria dos alunos, muitas vezes discriminando-os pelo fato deles não seguirem os padrões tidos como adequados na sociedade. O que se propõe na escola em termos de currículo acaba se tornando pouco relevante frente aos desafios impostos pela sociedade brasileira contemporânea.

A preocupação com todas as questões destacadas mostrou a necessidade em se considerar os seguintes pontos para a reformulação da Proposta Curricular, como enumera Filho (1989):

“- rever os critérios de seleção e dosagem dos conteúdos curriculares, de modo que o conhecimento oferecido pela escola valorize também a contribuição das camadas populares;

- estabelecer novos padrões de desempenho para tornar a escola mais acessível a todas as camadas da população, o que não significa tornar o ensino superficial, mas buscar todos os recursos para enriquecê-lo, tornando possível a apropriação e sistematização do conhecimento para todos;

- privilegiar nos conteúdos curriculares, além do conhecimento acumulado como patrimônio universal, as diversas expressões da cultura brasileira;

- rever a adoção de métodos e técnicas de ensino e avaliação, verificar suas vantagens e limitações, tendo como parâmetro a necessidade da maioria dos alunos, procurando reformular sempre que não esteja contribuindo para a realização da proposta de democratização de oportunidades escolares;

- consolidar a avaliação como um processo que deve permitir não só ao professor mas também à escola tomar decisões quanto às modificações a realizar;

- evitar nos procedimentos de ensino e avaliação a discriminação do aluno em função de suas atividades e comportamentos;

- criar espaços dentro da escola para que o professor possa redefinir sua atuação a partir do entendimento da problemática educacional mais ampla e da possibilidade de atuar na escola, através da superação da prática isolada em benefício da ação conjunta;

- criar condições para que o professor possa explorar melhor os recursos de que dispõe e que possa se atualizar continuamente” (p.34).

Trata-se portanto de desenvolver um ensino integrado à realidade onde se está trabalhando, com a possibilidade de mudanças no decorrer do processo de acordo com as necessidades estabelecidas. As decisões devem ser tomadas com a participação de todos que constituem o trabalho pedagógico e principalmente considerando as diferentes formas de cultura que podem estar presentes no ambiente escolar.

As Propostas Curriculares foram sendo implantadas gradativamente a partir de 1987 com acompanhamento de técnicos da CENP (Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas) para que as reformulações fossem acontecendo quando necessárias. Como destaca Filho (1989) o principal desafio dos profissionais da educação é estabelecer um espaço crítico para se discutir os currículos escolares, a política

educacional, o conteúdo dos livros didáticos e as próprias condições de trabalho das escolas.

Nesse contexto, focalizo a Proposta de Língua Portuguesa buscando mostrar alguns aspectos de sua elaboração e os pontos de destaque.

Os primeiros estudos partiram do Guia Curricular (1973) para o ensino de 1º grau. Eles marcaram uma nova forma de se pensar o ensino da língua materna. É relevante destacar os principais acontecimentos que antecederam a realização da Proposta, como analisa Filho (1989).

No período de 1981-1987 ocorreram cursos de atualização para os profissionais da educação ministrados pelas Universidades (USP/UNICAMP/UNESP). A partir de 1983 começou a se priorizar os temas relevantes à construção da Proposta Curricular e em 1984 houve uma reorientação no trabalho buscando um repensar crítico do ensino da Língua Portuguesa principalmente com referência à prática de leitura e produção de textos.

Em 1986 a Proposta foi sendo gradativamente construída e reconstruída e passou por várias discussões para a reformulação do texto preliminar até que em julho de 1987 aconteceu o debate da 2ª versão preliminar com toda a rede estadual de ensino.

No que se refere ao conteúdo da Proposta, na primeira parte ela discute o significado da linguagem ; o texto; formas de discriminação social na atividade lingüística; atividade lingüística, epilingüística e metalingüística. Na segunda parte ela discute as formas de se ensinar a língua materna com o

ênfoque sobre a escrita; o papel da interação social escolar; o conhecimento e a representação do mundo; o desenvolvimento dos recursos expressivos; o respeito à linguagem da criança e à norma padrão; a eliminação de preconceitos e das discriminações; a criatividade e o ensino da gramática. Na última parte apresenta-se os conteúdos de acordo com os ciclos básico, intermediário e final.

Para o trabalho com a língua destaca-se o texto como unidade básica. A Proposta enfatiza o aluno produzindo seu texto, oral ou escrito, com atividades de reflexão e operação sobre a linguagem. São três os eixos básicos: atividades de linguagem; atividades de reflexão e operação sobre a linguagem e atividades relativas ao estudo da gramática tradicional.

O professor deve proporcionar atividades reais de linguagem e uma construção do conhecimento da gramática. Parte-se da prática da linguagem oral da criança para ensinar a escrita de forma gradual e sistemática, enfatizando a necessidade de um ambiente estimulador e não repressivo na sala de aula para que haja uma efetiva interação em termos do processo dialógico que é a linguagem.

Com referência às formas de discriminação a Proposta procura *“afastar a utilização da língua como um elemento de discriminação e dessa forma evitar que a língua seja utilizada como instrumento de poder por parte daqueles que dominam a norma culta, que nada mais é do que um dialeto praticado por aqueles que têm uma posição dominante no conjunto de uma sociedade dividida em classes sociais e, portanto, desigual, tanto do ponto de vista da distribuição dos bens criados pela*

sociedade como um todo, quanto na distribuição do poder”
(Filho, 1989, p.34).

Minha opção por estudar esta Proposta de Língua Portuguesa deve-se portanto, à forma como ela concebe a linguagem, buscando priorizar um trabalho de interação social onde não haja discriminação de outras formas de comunicação e onde a escola desenvolva um conteúdo relacionado ao contexto de seus alunos, enfatizando uma reflexão crítica dos acontecimentos mundiais. Neste aspecto o texto como prioridade pode proporcionar uma interação mais abrangente entre os interlocutores.

Além disso, a construção dessa Proposta significou mais liberdade ao professor para alterar as sugestões do currículo mínimo. O professor não tem mais um caráter de “reprodutor” de informações prontas e acabadas, ele precisa ser um intelectual, qualificando-se permanentemente na sua área de ação (Martins, 1986).

Com relação à oralidade e à escrita que é o objeto de pesquisa do presente trabalho, a Proposta mostra a necessidade de se partir da oralidade, que é uma prática ativa na criança, para se ensinar a grafia. Não há uma supervalorização da escrita sobre a oralidade, mas um trabalho integrado onde ambas as modalidades desempenham um papel importante no processo dialógico.

Considera-se a existência de diferentes formas de expressão oral e escrita dependendo da realidade e da situação onde elas devem ser utilizadas. Percebe-se que a atividade lingüística deve ser desenvolvida através de um processo que

envolve diferenciadas formas e interpretações tanto dos textos quanto do próprio discurso.

A linguagem é vista numa perspectiva sócio-interacionista e reflete sobre seu próprio caráter histórico e sobre outros pontos mais amplos como, a relevância das modalidades oral/escrita. Assim, não se prioriza apenas o ensino da gramática, ou seja, da norma culta padrão mas, focaliza-se outros aspectos que ampliam a própria compreensão a respeito da linguagem.

V- ANÁLISE DA PROPOSTA CURRICULAR PARA O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

A análise da Proposta Curricular que procuro desenvolver está baseada nos argumentos teóricos que discuti nos outros capítulos. O objetivo é destacar alguns aspectos do Guia que se referem à oralidade e à escrita e relacioná-los às concepções teóricas trabalhadas pelos autores.

Para compreender essa abordagem do oral e do escrito é relevante destacar alguns princípios que norteiam a Proposta.

A Proposta Curricular é o resultado do trabalho de educadores preocupados com o ensino da língua materna. Nela discute-se o significado da linguagem, do trabalho com o texto, as formas de discriminação social existente na atividade lingüística, epilingüística e metalingüística. Procura-se refletir sobre o para quê, o quê e como ensinar a língua materna focalizando as questões da escrita, do papel da interação social escolar, o respeito à linguagem da criança e à norma culta, a eliminação de preconceitos e discriminações, a criatividade e o ensino da gramática (Palma, 1989).

A Proposta concebe a língua como uma atividade humana, histórica e social a partir das três dimensões: gramatical, semântica e discursiva. Ela procura refletir uma perspectiva construtivista-interacionista onde as atividades estejam relacionadas aos interesses e necessidades dos alunos e

possam ser utilizadas em situações reais de comunicação. Dessa forma, a unidade básica do trabalho é o texto.

Pelo fato da linguagem ser considerada um ato humano, histórico e social, deve-se privilegiar o contexto real em que ocorre a manifestação das expressões. A dimensão gramatical é um dos elementos que fazem parte da atividade lingüística, ao lado da dimensão discursiva e semântica (Palma, 1989).

Nessa perspectiva, o conhecimento é construído a partir da relação entre os sujeitos que interagem num determinado contexto social. A metalinguagem auxilia nesse processo de aprendizagem onde o objetivo final é o domínio da língua.

O texto como unidade básica de trabalho é definido de forma ampla como: “ *todo trecho falado ou escrito que constitui um todo unificado e coerente dentro de uma determinada situação discursiva* ” (p.18). É através da produção do texto, onde não importa sua extensão, que a atividade epilingüística é melhor desenvolvida. A Proposta enfatiza a produção do texto pelo aluno, seja oral ou escrito, para que ele possa interpretar as mensagens e realizar atividades que estimulem a reflexão e a operação sobre a linguagem.

Assim, o professor deve desenvolver atividades reais de linguagem, buscando uma produção fluente, uma interpretação crítica dos textos e o conhecimento sobre os processos de construção da língua para depois atingir o conhecimento da gramática tradicional (Palma, 1989).

A prática oral da criança é intensa quando ela chega à escola. O que deve-se fazer é utilizar essa oralidade para que

seja possível construir o sistema gráfico. Essa passagem deve ser gradual e sistemática, com o desenvolvimento de diferentes exercícios verbal-oral para que a criança possa se manifestar com criatividade.⁵

Neste aspecto, a Proposta vai fazer referência às formas de discriminação social na atividade lingüística. Procura-se mostrar a existência de diferentes dialetos e a importância de se respeitar o dialeto do aluno, exaltando a variedade lingüística. O professor deve considerar essa diversidade e partir desse dialeto da comunidade onde ele está trabalhando para ensinar a norma culta.

Deve-se perceber que: *“Cada classe é uma classe, um agrupamento social com uma realidade própria (social e lingüística) e com peculiaridades de comportamento que exigem muito da sensibilidade dos professores na seleção dos processos graduais e das estratégias pedagógicas eficazes”* (Proposta Curricular, 1992, p.15).

Trata-se como fala Pontes (1988) de conceber a língua oral sem preconceitos, pois somente assim é possível descobrir mais semelhanças entre ela e a língua literária e, já que todos dominam a língua oral, seria mais lógico partir dela.

Não se pode discriminar a fala coloquial das crianças, mas cabe à escola levá-la à escrita de modo que ela perceba gradualmente as diferenças entre esta e a linguagem oral. Nesta concepção, a linguagem escrita não pode ser definida como um conjunto de propriedades formais invariantes e distintas da

⁵ Essa perspectiva é defendida na Proposta Curricular (1992).

linguagem falada. É importante considerar a noção de continuum oralidade-escrita de que fala Tannen.

Com isso, a Proposta tenta mostrar a importância de se considerar o ambiente, a produção oral e escrita e os propósitos a que são destinadas. Ela baseia-se numa perspectiva construtivo-interacionista de aprendizagem e de língua em que *“o aluno não é apenas um receptáculo de informações mas também agente de cultura, um ser ativo e criador e por isso capaz de superar as convenções e promover a transformação”*(p. 59).

O acesso à escrita implica num movimento de compromisso que considere o sujeito dentro de um determinado universo (Osakabe, 1982). As práticas comumente realizadas na escola mostram um universo fechado onde acaba ocorrendo uma mera reprodução das atitudes como se elas fossem a única forma de expressão. Com a escrita acontece o mesmo, o aluno geralmente reproduz o que lê e isso, como mostra Osakabe (1982), não proporciona uma manipulação ativa e nem uma reflexão e questionamento acerca da própria escrita.

O objetivo primordial é criar na escola um ambiente que favoreça a interação social, pois somente assim o aluno poderá gradativamente se apropriar da norma culta. Como o prof. Ilari (in Palma 1989) cita:

“ Numa vivência rica da língua materna, aprender a escrita, dominar a variante culta e iniciar-se aos valores literários continuam sendo objetivos legítimos e fundamentais (...) ter acesso à escrita não apenas aprender a técnica de escrever; dominar a variante culta não é empanturrar-se com

a metalinguagem da gramática tradicional; iniciar-se em literatura não é decorar biografias de autores, características de movimentos literários ou listas de obras. Não se aprende o que não é vivido e não se organiza o que se aprendeu; procuremos dar antes de mais nada à escrita, à linguagem culta e à literatura um caráter de vivência, haverá sempre tempo para fazer da cabeça de nossos alunos um quadro sinótico” (p. 141).

A proposta do Guia enfatiza essa valorização da história de vida dos alunos, através de um ambiente que proporcione a integração nas realizações em sala de aula, formando um aluno capaz de utilizar a leitura e a produção textual de forma autônoma e criativa. Ela concebe que as atividades de leitura e escrita devem estar baseadas nos diálogos entre alunos e professores sobre o texto escrito. Esses trabalhos interativos, mesmo que sejam realizados oralmente, permitem que a escrita seja construída de forma contextualizada.

Mesmo salientando as diferenças entre as duas modalidades⁶ não se deve formular uma visão dicotômica e divergente entre essas variantes de linguagem, mas considerar como diz Tannen (1986) a situação de comunicação, os objetivos da atividade realizada, os gêneros do discurso, entre outros.

Nesta visão procura-se perceber essas modalidades de acordo com os papéis que elas devem desempenhar, ou seja, em cada situação elas serão utilizadas de maneiras distintas e

⁶ Na Proposta Curricular há a descrição de algumas das diferenças entre a oralidade e a escrita.

com um grau de exigência diverso. Um texto acadêmico será escrito ou falado diferentemente de uma carta ou uma conversa informal.

Este aspecto é retratado na Proposta onde se mostra a necessidade de praticar na oralidade dos alunos o domínio da língua padrão, não como uma forma substitutiva, mas como outra possibilidade de fala destinada a determinados propósitos. Destaca-se que:

“Se as crianças se acostumarem a comparar essas diferentes formas, a utilizá-las em diferentes situações (formais, coloquiais) ou a distinguí-las no texto, na fala do narrador e na fala das personagens, logo farão valer sua hipótese de correlação entre a escrita e a pronúncia para produzir diferentes formas escritas”. (p. 42)

Através de um trabalho interativo entre os alunos, seja em qualquer atividade de leitura ou escrita, a criança vai percebendo a escrita como uma modalidade provida de função e regras e ela vai descobrindo as convenções desse sistema, a especificidade da escrita em relação à oralidade (Proposta Curricular, 1992).

Na fala, como evidencia Rocco (1989) a sua função é evidente porque ela serve à comunicação. Na escrita é necessário mostrar seu caráter funcional para depois se atingir suas outras funções. Entretanto, esse trabalho deve ser desenvolvido sempre partindo do conhecimento já trazido pela criança para que se possibilite outros saberes e capacidades.

Dessa forma, na prática pedagógica com a linguagem, busca-se conceber as variações na pronúncia, no vocabulário,

na própria comunicação entre os sujeitos que podem organizar e representar a realidade de maneira diversa. Mas, essas variações muitas vezes, têm se tornado elemento de discriminação. Subdivide-se a sociedade entre aqueles que detêm a modalidade culta-padrão e os que não têm a habilidade de falar e escrever “bem”. E, a escola acaba acentuando essa forma discriminativa.⁷

O próprio processo de apropriação da escrita por essa camada social instituiu as referências à sua aprendizagem. Esses segmentos sociais utilizavam a escrita baseando-se nos seus próprios interesses, o que reforça esse caráter discriminativo (Osakabe, 1982).

Para que a escola não favoreça essa discriminação, deve-se definir as concepções de linguagem e o contexto onde se está trabalhando e assim, partir da realidade dos sujeitos para sistematizar um conhecimento relevante à sua formação intelectual.

Na Proposta procura-se mostrar o próprio significado da linguagem e isso é muito importante pois, para o desenvolvimento de uma prática com a língua busca-se primeiro pensar no seu caráter funcional para determinado contexto.

“... para compreender o que contribui para que as expressões signifiquem aquilo que elas significam é preciso considerá-las parcialmente indeterminadas e vagas. Além das expressões e do modo em que são construídas, muitos outros fatores contribuem para a significação: fatores culturais, as relações que se estabelecem entre os interlocutores, a imagem

⁷ A Proposta enfatiza como a escola também age de forma a discriminar aquele que não detêm a modalidade culta-padrão.

recíproca que estes fazem uns dos outros, os conhecimentos que partilham e inúmeras outras condições da situação de fala. Desconhecer todos estes fatos da significação e da língua seria desconhecer o seu lado social” (Proposta Curricular, p.16).

A produção de conhecimento é identificada como um trabalho de construção partindo das informações trocadas com os professores e na pesquisa bibliográfica. Através de um trabalho conjunto, o aluno é capaz de produzir seu texto, entendido como *“reflexão sobre a experiência e experiência de reflexão”*.⁸

Essa concepção evidencia que além da criança desenvolver a linguagem, ela também vai constituindo um modo de representar a realidade, sempre numa atividade de interação com os outros sujeitos.

As formas orais e escritas não são consideradas impermeáveis, elas *“... se correlacionam porque selecionam os seus recursos expressivos do mesmo sistema gramatical e podem expressar as mesmas intenções”* (Proposta Curricular, 1992, p.24).

O professor deve ir mostrando as especificidades da linguagem oral e escrita, enfatizando a existência de diversas formas de expressão no processo comunicativo. Como diz Tannen (1986) deve-se priorizar o processo de envolvimento dos interlocutores pois, essas relações interpessoais podem variar de acordo com vários elementos que estão presentes na interlocução.

⁸ Essa definição de texto é retirada da Proposta (1992, p.18).

Com base nessas considerações, percebo a relevância em se observar alguns elementos específicos de cada modalidade da linguagem, mas também o continuum existente entre elas e as circunstâncias nas quais ocorre essa produção oral e escrita. Torna-se fundamental compreender o discurso a partir do falante, do objetivo de interação, dos processos de fala e escrita.

As diferenças e semelhanças existentes entre as duas modalidades não devem colocá-las como dicotômicas. Deve-se buscar seu processo contínuo e de interação e dessa forma, realizar uma prática de ensino da língua que incentive a reflexão sobre o funcionamento da linguagem em todos os aspectos.

Nesse sentido a Proposta adverte para o fato de que as ações em sala de aula não se satisfazem com uma seriação de unidades, pontos de programa a ser cumpridos no ano escolar nem com um detalhamento de sugestões metodológicas. É fundamental conhecer a realidade na qual o professor está inserido para que se possa selecionar estratégias pedagógicas eficazes.

Essas estratégias pedagógicas devem favorecer o processo de construção do conhecimento sobre a oralidade e a escrita. Somente criando situações em que o aluno possa se expressar é que ele será capaz de utilizar sua linguagem em diferentes situações e organizar suas próprias formas de expressão.

No que se refere mais precisamente ao trabalho com a oralidade e a escrita, a Proposta Curricular defende que a

linguagem coloquial da criança não seja motivo para a discriminação. Ela enfatiza que mais facilmente a criança terá acesso à norma culta, quando não é reduzida ao silêncio e vai percebendo outras modalidades, os valores sociais e os propósitos que são atribuídos a cada uma delas.

Tenta-se mostrar que a criança, mesmo com relação à escrita já possui alguns conhecimentos. *“Traz para a escola idéias a respeito do que seja escrever. E conforme o ambiente de que tenha vindo - dependendo da relação experienciada com o material escrito no ambiente em que vive - ela pode encontrar-se em diferentes níveis de conceituação, e, pois, entender de forma variável a compreensão básica das propriedades do sistema de representação”* (Proposta Curricular, 1992, p.28).

Segundo a visão cognitivo-construtivista priorizada, a criança vai elaborando diversas hipóteses sobre o que a escrita representa e sucessivamente vai construindo respostas para duas questões: o que a escrita representa e qual a estrutura do seu modo de representação (Proposta Curricular, 1992, p.28).

Nesta fase, a oralidade é considerada como a organizadora de sentidos e por isso, os primeiros textos devem estar baseados numa atividade oral. *“Quando a criança consegue estabelecer a relação entre a escrita e a fala, ela começa por formular uma hipótese radical: a de uma correspondência estreita entre essas duas formas de representação e de expressão”*⁹.

⁹ Citação contida na Proposta Curricular (1992) p.34.

Por fim, a Proposta evidencia a forma de trabalho que ela objetiva:

“Temos optado por estimular um trabalho de construção e transformação dos textos, mediante diferentes operações gramaticais, nas primeiras séries e por deixar a descrição gramatical mais sistemática para as últimas séries do primeiro grau. O próprio professor, se não se limita muito cedo a um “modelo” de descrição e se preocupa com os fenômenos da linguagem e da língua, vai desenvolver sua sensibilidade para a análise lingüística e descobrir muitos fatos gramaticais de que nem a própria Gramática suspeita” (Proposta Curricular, 1992, p.54).

No meu ponto de vista, o desenvolvimento da temática sobre a oralidade e a escrita realizado pela Proposta possibilita uma visão geral sobre as formas de discriminação e o processo de construção da escrita. Ela fornece algumas indicações de que o essencial é trabalhar com a linguagem de forma criativa, não através da memorização de regras gramaticais.

Ela também procura enfatizar a necessidade de trabalhar de maneira contextualizada a construção de textos pelos alunos. Faz referência à diferença entre a modalidade escrita em relação à modalidade coloquial e que isso vai ocasionar desvios e peculiaridades na escrita das crianças. Mas, acho que essa idéia não aparece muito bem desenvolvida, pois somente se menciona que esses problemas devem ser tratados de forma diferente porque são de natureza diferentes.

Considero que as questões referentes à oralidade e à escrita deveriam ser melhor trabalhadas, explicitando como

essas duas modalidades, apesar de possuírem especificidades, podem aparecer num processo de interrelação. O que a Proposta enfatiza é a discussão sobre o caráter discriminativo também produzido pela escola com referência à linguagem das crianças e enumera as diferenças entre a atividade oral e escrita. Não há um aprofundamento teórico a respeito desse tema.

Seria interessante possibilitar uma discussão mais aprofundada dessas questões, fornecendo alguns subsídios teóricos para que dessa forma, o professor pudesse compreender e refletir de forma efetiva sobre sua própria prática pedagógica.

VI- CONCLUSÃO

Com a realização deste trabalho procurei retratar alguns aspectos que envolvem a questão sobre a oralidade e a escrita. Tentei buscar nos argumentos teóricos os embasamentos necessários para compreender essas duas modalidades de linguagem. Essa discussão é bastante ampla e não pretendo proporcionar um estudo aprofundado, mesmo porque são inúmeras as possibilidades que a prática com a língua pode exprimir.

Através da pesquisa bibliográfica percebi a relevância em se conceber a linguagem como um processo social em que se deve considerar os sujeitos e as interações que ocorrem nessa comunicação. Trata-se de discutir a realidade do grupo social onde se está trabalhando, os interlocutores, o gênero do texto. Enfim, perceber as funções e os objetivos a serem atingidos com determinada estratégia pedagógica desenvolvida com a linguagem.

Quando se fala em considerar o contexto, isso envolve partir do conhecimento tanto oral quanto escrito da criança, para de forma sistemática ir mostrando algumas das possibilidades e modalidades existentes na língua.

O professor entretanto, para contribuir à interação dos alunos deve conhecer essas duas modalidades de linguagem para também poder auxiliar no processo de construção dessas capacidades e habilidades. É importante que as especificidades

de cada uma sejam demonstradas, mas sem concebê-las de maneira dicotômica e sim, perceber as relações possíveis entre elas.

Esse é o “continuum” que tentei focalizar e que busca, mais que enumerar as diferenças e semelhanças entre o oral e o escrito, reconhecer o contexto e o tipo de atividade a ser trabalhada.

Nessa visão procura-se mostrar ao aluno que cada prática e forma de utilização da linguagem vai depender dos propósitos a serem atingidos. Por exemplo, um texto acadêmico escrito ou falado tem diferentes finalidades em comparação a uma carta ou uma conversa informal.

Essa prática exige que não haja discriminações mas, se considere o dialeto e própria cultura do segmento social onde se está trabalhando. Busca-se possibilitar diferentes atividades para que o aluno tenha contato com uma ampla variedade de situações e assim, possa praticar sua oralidade e escrita.

Um projeto consistente deve proporcionar um trabalho integrado entre a fala e a escrita, onde essas modalidades sejam concebidas dentro de um determinado contexto e com funções bem definidas.

Como já mencionei no decorrer do trabalho, o envolvimento e a interação que ocorrem no oral talvez sejam mais importantes que as informações veiculadas. O relevante é promover um ambiente integrado que favoreça esse processo de construção das hipóteses e relações entre essas modalidades.

A linguagem oral e escrita não se constitui por uma construção unitária. Até certo ponto há muitas variações e

também coincidências. As formas orais e escritas como foi dito anteriormente, dependem dos propósitos a que servem e do ouvinte e leitor a que são destinadas. Portanto, essas duas modalidades poderão modificar em forma e complexidade de acordo com o contexto e com o grupo social ao qual se está comunicando (Horowitz, 1987).

Como destaca Whiteman (1981) alguns estudos sobre linguagem reconhecem que não é suficiente saber descrever e medir a linguagem, mas deve-se preocupar com seu significado na sua própria prática e para aqueles que a utilizam em situações reais de comunicação.

Dessa forma, percebo que a discussão sobre a oralidade e a escrita propõe que se reflita a respeito do papel social da linguagem que pode englobar as relações interpessoais que variam conforme as condições de produção, a natureza dessa produção, o conteúdo veiculado, os contextos de situação e a própria hierarquia entre os locutores.

De acordo com os pressupostos teóricos estudados, penso que a prática com a oralidade e a escrita deve promover uma compreensão das funções e dos propósitos a que elas se destinam, considerando as diferenças de dialeto e trabalhando com elas. Se a língua oral for tratada sem preconceitos, mais facilmente pode-se perceber suas semelhanças com a língua literária.

Através da linguagem o sujeito é capaz de exprimir suas intenções, por isso toda forma de comunicação deve ser compreendida dentro de uma realidade e percebendo os objetivos de determinada atividade oral ou escrita.

Com a análise da Proposta Curricular (1992) é possível se perceber de forma geral que ela prioriza um trabalho criativo que favoreça um ambiente integrado, sem discriminação das variações lingüísticas.

Mas, seria relevante desenvolver um aprofundamento teórico que possibilitasse uma reflexão mais detalhada do papel da linguagem e da importância do trabalho com a oralidade e a escrita que envolve todas as nossas formas de expressão e pensamento.

O trabalho com a língua realmente não pode se restringir à enumeração de regras gramaticais. Trata-se de um processo contínuo onde a oralidade e a escrita se interrelacionam e vão se modificando a cada situação real de comunicação.

O professor deve possibilitar um ambiente propício à integração e uma prática com a linguagem onde o fundamental não seja unicamente a aquisição da norma culta. Através de atividades interativas de comunicação, os sujeitos vão percebendo o caráter funcional da oralidade e da escrita, suas várias formas e que elas não são modalidades excludentes.

Essa análise também foi relevante à minha própria prática com a língua, pois confirmei minhas suposições no que se refere à importância de enfatizar atividades e assuntos interessantes à realidade dos alunos. Os alunos trabalham melhor e mais ativamente com temas que são pertinentes ao seu cotidiano. E, a partir dessas discussões é possível desencadear uma prática mais abrangente onde se pense sobre os mesmos assuntos de forma mais geral e ampla.

Percebo que quando fazemos uma discussão oral para posteriormente os alunos escreverem, eles conseguem expressar melhor suas idéias, já que a fala atua como organizadora dos sentidos, pode fornecer as diretrizes e está em constante relação com a escrita.

Assim, partindo dessas considerações torna-se fundamental repensar o papel do professor de língua materna. Será que se tem proporcionado um ensino relevante que possibilite ao aluno a capacidade de se comunicar e compreender as funções da linguagem nas diferentes realidades sociais? Talvez, com o conhecimento das modalidades de linguagem, a prática pedagógica possa se tornar mais efetiva e garantir uma aprendizagem significativa às diversas realidades sociais.

VII- BIBLIOGRAFIA

CHAFE, Wallace L. "Integration and Involvement in Speaking, Writing, and Oral Literature" in TANNEN, D. Spoken and Written Language: Exploring Orality and Literacy. Norwood, New Jersey, Ablex, 1982, pp. 35-53.

Nesse texto, o autor vai enumerar as principais diferenças entre a língua oral e escrita.

FILHO, João Cardoso Palma. A Reforma Curricular da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo para o Ensino de 1º Grau (1983-1987). Uma avaliação crítica. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1989.

O autor faz uma avaliação da reforma curricular, mostrando o cenário e as considerações sobre a implantação das Propostas Curriculares.

FRANCISCHINI, Rosângela. Sobre as relações entre linguagem oral e linguagem escrita. Vivência, Natal, v.8, n.1, jan/jun 1994, pp.113-148.

O texto apresenta uma discussão entre as modalidades oral-escrita, considerando que elas não são modos de comunicação mutuamente excludentes.

GNERRE, Maurizio. Escrita, Linguagem e Poder. São Paulo, Martins Fontes, 1985.

No texto, o autor vai mostrar como o significado da escrita está relacionado ao seu valor econômico e também todo o processo histórico que envolve esse tema.

HOROWITZ, S. Jay Samuels. Comprehending oral and written language. San Diego: Academic, 1987, pp.6-19.

No texto focaliza-se a necessidade de se aprofundar e pesquisar melhor a dicotomia entre o oral e o escrito e perceber como as formas orais e escritas dependem dos propósitos e do contexto nos quais elas ocorrem.

LENZI, Magali S. O Ensino do Português: O que muda na prática?. Uma análise do processo de implantação da Proposta Curricular de Língua Portuguesa no Estado de Santa Catarina. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas e Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná, Guarapuava, 1994.

A autora vai realizar uma análise da Proposta Curricular de Língua Portuguesa no Estado de Santa Catarina baseando-se nos principais teóricos que a embasam e como aconteceu seu processo de implantação.

MARTINS, Maria do Carmo. A Construção da Proposta Curricular de História da CENP no período de 1986-1992: Confrontos e Conflitos. Dissertação de Mestrado, FE/UNICAMP, Campinas, São Paulo, 1996.

A autora faz uma análise sobre as concepções de currículo e disciplina, enfatizando a participação e um histórico sobre a CENP na construção de currículos.

MILANEZ, Wânia. Pedagogia do Oral: Condições e Perspectivas para sua aplicação no Português. Sama editora, Campinas, 1993, pp.23-43.

A autora refere-se ao funcionamento da linguagem oral e escrita destacando que um dos fundamentos da renovação metodológica do ensino é aprender a usar a língua em situação, já que vários elos unem a comunicação e a situação que condiciona a forma e a função dos elementos lingüísticos.

OLSON, David R. e TORRANCE, Nancy. Literacy and Orality. Cambridge, Cambridge University Press, 1991, pp. 251-271.

O autor faz um histórico sobre a questão da oralidade e da escrita, enfatizando que o letramento deve ser pensado dentro de um contexto funcional.

OSAKABE, Haquira. “Considerações em torno do acesso ao mundo da escrita” in: Leitura em crise na escola: as alternativas do professor. Mercado Aberto, Porto Alegre, 1982, pp.148-152.

Neste texto o autor mostra a escrita como complemento da oralidade e sua manipulação pelas camadas privilegiadas. Enfatiza que o contexto escolar não promove uma manipulação ativa da escrita e uma posição crítica com relação à leitura.

PONTES, Eunice. “ O “continuum” Língua Oral e Língua Escrita: Por uma Nova Concepção do Ensino” in: Trabalhos em Línguística Aplicada - Instituto de Estudos da Linguagem n.12, Campinas, jul/dez 1988, pp.101-107.

Neste artigo a autora desfaz a idéia de oralidade-escrita como modalidades distintas, defendendo a noção de “continuum” desenvolvida por Deborah Tannen. Ilustra suas colocações com exemplos de metáforas que estão tanto no oral quanto no escrito.

ROCCO, M. Thereza F. “Oral e Escrito: Secções e Intersecções” in: Leitura: Teoria e Prática n.14, Editora Mercado Aberto, dez/1989, pp.25-31.

A autora mostra a necessidade de uma reorientação dos estudos para uma pedagogia do oral e do escrito, enfatizando esse processo de interação oralidade-escrita. Refere-se ao estudioso Chafe que levanta as semelhanças e diferenças entre essas modalidades e à autora Deborah Tannen que dá mais ênfase ao envolvimento e às interações.

São Paulo (Estado) Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. Proposta Curricular para o Ensino de Língua Portuguesa: 1º Grau. 4ª ed. SP: SE/CENP, 1992.

TANNEN, Deborah. Coherence in spoken and written discourse. Norwood, New Jersey, Ablex, 1986, pp.3-19.

O objetivo do texto é sugerir como a análise do discurso sociolinguístico pode contribuir para o desenvolvimento de uma teoria adequada, mostrando como as convenções do discurso oral são transferidas para o discurso escrito e suas implicações nas experiências comunicativas.

VANOYE, Francis. Usos da linguagem: problemas e técnicas na produção oral e escrita. São Paulo, Martins Fontes, 1985, pp.38-51.

A autora enfatiza a necessidade de evidenciar a distinção entre fala e escrita para se compreender os problemas existentes e se reconsiderar a própria aprendizagem do Português.

WHITEMAN, Marcia F. Writing: the nature, development, and teaching of written communication. Hillsdde, New Jersey, Lawrence Erlbaum associates, 1981, pp.13-23.

A autora propõe uma questão básica: o significado social da alfabetização, mostrando que não é suficiente saber descrever e medir a linguagem, deve-se perceber o que ela significa na sua própria utilização e para aqueles que a utilizam.